

Novas gestões para o ...

GAZETA MERCANTIL

dia 19

19 DEZ 1986

de janeiro

DVN. Federativa

por Tom Camargo
de Paris

A secretaria do Clube de Paris anunciou ontem, oficialmente, que "a reunião de entendimentos (entre o Brasil e o Clube) havia sido concluída como esperado" e que uma data para a "reunião de negociação" seria anunciada brevemente. Essa data será o dia 19 de janeiro, indicada pelos brasileiros, confirmou-se depois.

"Vocês estavam esperando demais desta reunião", disse aos jornalistas Antônio de Pádua Seixas, diretor do Banco Central, um dos participantes da delegação brasileira. "Ela é apenas um passo preparatório importante, uma moldura para localizar o que o Brasil deseja."

Outro participante, o embaixador Álvaro Gurgel de Alencar Netto, chefe da Coordenadoria de Assuntos Internacionais do Ministério da Fazenda, admitiu apenas que o Brasil está rolando US\$ 2 bilhões de seus US\$ 9 bilhões de dívidas governo a governo, mas negou-se a falar em prazos, condições e abertura de novas linhas de créditos/garantias comerciais. "Isto é o que vamos negociar, não vou falar sobre isso agora", disse.

O cronograma de negociação da dívida externa brasileira foi alterado ontem de forma substancial, após o anúncio, na capital francesa, de que o Clube de Paris só negociará a dívida governo a governo de Brasília no próximo dia 19 de janeiro.

Após um longo dia de trabalhos — quase doze horas consecutivas de conversas entre quinze países credores, representantes do Fundo Monetário Internacional (FMI) e funcionários do governo brasileiro, que eram periodicamente convocados para prestar esclarecimentos —, o chefe da delegação brasileira, embaixador Álvaro de Alencar, disse que "nossos objetivos foram atingidos. (...) A reunião foi parte de um processo de discussão econômica e financeira. (...) É um segmento da estratégia gradual definida pelo ministro

19 DEZ 1986

Novas gestões para o ...

GAZETA MERCANTIL

DVN. Externo

19 DEZ 1986

por Tom Camargo
de Paris
(Continuação da 19 página)

da Fazenda para normalizar a posição brasileira no mercado".

Originalmente, como confirmou na semana passada o presidente do Comitê Assessor dos Bancos Comerciais, Willian Rodes, os credores privados esperavam uma luz verde do Clube para então começar, logo no início de janeiro, suas negociações com o Brasil. Ainda que se decidisse pela manutenção de tal esquema, é certo que a parte substantiva da conversa com os bancos será acertada depois de terminado o round do Clube de Paris. A reabertura das linhas oficiais de crédito e garantias comerciais — algo que se faz com o beneplácito do Clube — é parte essencial da negociação externa e também comanda aspectos da conversa com os emprestadores particulares.

O embaixador Álvaro Alencar desmentiu que os dois dias de discussões ontem encerrados em Paris tivessem sido apresentados por fontes do governo, no Brasil, como mera sacramentação de um acordo obtido, de forma automática, no rastro do relatório favorável do Fundo Monetário sobre a economia brasileira. Ele enfatizou, todavia, que os membros do Clube "louvaram-se na opinião expressa pelo FMI".

Ainda ontem, uma fonte do Tesouro francês arredondou algo que declarara na quarta-feira, após o anúncio do acordo entre o Clube e a Nigéria. Tal fonte admitiu que o país africano também não obtivera uma chancela formal do Fundo (por razões políticas internas), mas assumira a responsabilidade de empreender alterações em sua política econômica "ainda mais ortodoxas do que as que seriam sugeridas pelo Fundo". Ele perguntou: "Será que o Brasil terá coragem de começar a cortar suas gorduras? A Nigéria dói direto no músculo".

Para Antônio Pádua de Seixas, o diretor do Banco Central que fez tandem, com o embaixador Alencar, "já podemos iniciar entendimentos com os bancos privados (...) nosso objetivo aqui (em Paris) foi obter a decisão de negociar (...) obter uma posição dos credores em relação à nossa dívida (...) a reunião do dia 19 é uma prova de que conseguimos isso".

Os trabalhos de ontem, no Hotel (Palácio) Majestic, onde fica um centro de conferências do Ministério de Relações Exteriores francês — em salas contíguas discutiu-se a dívida do Marrocos com a França e se desenvolveram seminários sobre temas técnicos e científicos —, aconteceram com os credores reunidos na sala número 3, a última num longo

corredor decorado ao gosto clássico das repartições públicas francesas, enquanto os brasileiros ficavam à espera de ser convidados numa outra sala, perto do início do mesmo corredor.

Os pedidos de informação, segundo os negociadores brasileiros, ter-se-iam concentrado quase exclusivamente no setor exterior da economia brasileira. Pádua de Seixas, indagado se os credores haviam manifestado curiosidade sobre a economia doméstica — inflação represada, déficit público, desestatização, etc. —, disse: "Eles não perguntaram nada disso".

Mesmo aquilo que foi informado sobre o setor exterior saiu por um lado e não voltou pelo outro. "Eles não expressaram para nós o que acham, não faz parte deste processo de informação este tipo de reação", explicou Sérgio, "pois contar que dados atualizados e projeções para 1987 foram fornecidos, cobrindo tanto a queda do superávit na balança comercial quanto as diversas hipóteses para o balanço em contas correntes.

Daqui até o dia 19 de janeiro, ainda segundo Seixas, não se combinou a apresentação de nenhum material extra: "Vamos continuar publicando nossos números e estatísticas habituais, pois eles são suficientes".